

FORMAÇÃO INTEGRADA NOS CURSOS DA EPT DE UM *CAMPUS* DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA REGIÃO NORDESTE ALICERÇADA PELO DECRETO Nº 5.154/2004

Antonio Meneses Filho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, meneses.filho@ifma.edu.br

Maria Adélia da Costa

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, adelia.cefetmg@gmail.br

Introdução

O presente artigo objetiva discutir e problematizar a formação integrada dos cursos da EPT, alicerçada pelo decreto nº 5.154/2004. Focalizou-se os cursos de um *Campus* de um Instituto da região Nordeste, *locus* empírico da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Justifica-se a pesquisa devido à ruptura do Ensino Médio Integrado (EMI) pela instituição do Decreto n. 2.208/1977, no então governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), rompeu-se a formação integrada, o que tipificou uma política de articulação do Estado de cunho mercadológico e neoliberal (COSTA, 2016).

Contudo, com o Decreto n. 5.154/2004, no então governo Lula, o nº 2.208/97 foi revogado e traz de volta EMI, o que representa, mesmo em meio a contradições, um avanço para essa modalidade, embora não se tenha rompido com o dualismo educacional historicamente presente na educação no Brasil (KUENZER, 2006; COSTA, 2016).

Metodologia

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995), se caracteriza por descobrir novas informações ou relações e verificar e ampliar o conhecimento existente. Para responder ao objetivo da pesquisa que é “discutir e problematizar a formação integrada nos cursos da EPT de um *Campus* da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) situado na região Nordeste alicerçada pelo decreto nº 5.154/2004”, fez-se uma pesquisa

documental e bibliográfica que, segundo Gil (2008), esta pesquisa “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). A revisão de literatura permite ao investigador contato com o que já se produziu e se registrou sobre o tema de pesquisa. A partir do levantamento das produções sobre o Decreto n. 5.154, elegeu-se sobretudo artigos científicos.

Resultados e discussões

Numa pesquisa de mestrado, Macêdo (2011) afirmou que, a partir de 1998, a oferta de cursos no Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) – *Campus Codó*, passou a se materializar, segundo o Decreto 2.208/1997. Esse decreto representou um retrocesso à EPT, separando o nível médio de uma educação integrada, que, no ver de Costa (2016), tipifica uma política de articulação do Estado com empresas privadas para concretizar o processo de privatização da educação a partir de sua promulgação. Isso significa dizer uma política que se estrutura no Estado mínimo, regulado pelo mercado, sendo que “a educação profissional interessa ao capital à medida que possibilita a formação de força de trabalho para as necessidades de mercado” (COSTA, 2016, p.68).

Contudo, com o advento do Decreto nº 5.154/2004, percebeu-se uma política de integração humanística no preparo do jovem trabalhador, sobretudo nos cursos integrados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), possibilitando a reinserção desse alunado à educação de qualidade, mesmo em meio ao sucateamento educacional nos cursos da EPT deixado pelo Decreto n. 2.208/97.

Conclusão

Entende-se que mesmo às contradições com foco na formação de trabalhadores, o Decreto n.5.154/2004 apresenta algum avanço. É certo que é preciso que haja políticas verdadeiramente capazes de dialogar com os interesses de uma classe societária que estar à margem, como projeto de desenvolvimento político-econômico que promova a justiça social de jovens e adultos trabalhadores e que possibilite sua inserção nos mundos do trabalho e não para a empregabilidade.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1997a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 07 mar. 2016.

COSTA, Maria Adélia. **Políticas de formação de professores para a educação profissional: realidade ou utopia**. 1. ed. – Curitiba –PR, Apris, 2016.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto da democracia restrita. In: **Trabalho necessário**, ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/CIAVATTAFRIGOTTORAMOS.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. “Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos”. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica”. In: **Educação Superior em Debate: Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica**: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 19 – 40.

MACÊDO, Francisco Cristiano da Silva. **Uma proposta de grade curricular para o Curso Técnico em Informática do Proeja do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus Codó**. 2011. 46f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

MOURA, D.H. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. In: **Revista LABOR**, nº7, v.1, 2012. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/1_A_organizacao_curricular_do_ensino_medio_integrado_-_trabalho_ciencia_tecnologia_e_cultura_DANTE_LABOR.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.